

ENTREVISTA

Rodrigo More. Advogado e candidato do Governo do Brasil à vaga de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar

“Acredito que a experiência interdisciplinar seja meu grande diferencial (na eleição)”

LEOPOLDO FIGUEIREDO
EDITOR

Em pouco mais de um mês, entre os próximos dias 12 e 16 de junho, representantes dos 168 países que integram a Convenção das Nações Unidas do Direito do Mar estarão reunidos para escolher os novos juizes do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM). O órgão, ligado à Organização das Nações Unidas (ONU), estuda e julga as disputas envolvendo as nações e a exploração dos oceanos. E o Brasil pleiteia uma das vagas – exatamente a que foi aberta com a morte do representante brasileiro no TIDM, o juiz Antonio Cachapuz de Medeiros, no final do ano passado. O candidato escolhido pelo Governo Federal é o advogado especialista em Direito do Mar Rodrigo Fernandes More, professor do Instituto do Mar do campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e do curso de Pós-graduação em Direito Marítimo, Portuário e Aduaneiro da Universidade Católica de Santos (Unisantos). Casado, com dois filhos e 44 anos de idade, More encara seu principal desafio profissional nessa eleição. Com exclusividade a A Tribuna, falou da importância de o Brasil ter um juiz no tribunal, de como foi escolhido candidato e por que considera ter chances de vencer essa eleição. Confira a seguir os principais trechos da entrevista.

O fato de um país ter um cidadão como juiz no Tribunal Internacional de Direito do Mar (TIDM) não significa que esse magistrado vai defender os interesses dessa nação em uma disputa. Assim, por que é importante o Brasil ter um juiz brasileiro nessa corte?

Os candidatos a juiz do TIDM são indicados pelos estados-partes, mas ao assumir a função, todo juiz faz um juramento previsto no artigo 11 do Estatuto do TIDM: que exercerá a função imparcialmente e conscientemente. A importância de um juiz no TIDM não se pauta, portanto, estritamente pela nacionalidade do juiz. Não há dúvidas, contudo, que a composição de nacionalidades das juizes reflete o grande cenário das relações internacionais: Rússia, China, Índia, Japão, Alemanha, México e Argentina, por exemplo, têm juizes de sua nacionalidade no TIDM. O Brasil tem juizes no TIDM desde sua criação, em 1996. Além de destacar a importância geopolítica do Brasil no Atlântico Sul, e mesmo o protagonismo global do Brasil em assuntos do mar, um juiz brasileiro leva consigo, transmite e perpetua a tradição e a cultura jurídica do Brasil em um dos mais importantes tribunais internacionais. São esses pontos que repousa a importância de o Brasil indicar um juiz.

O senador José Serra, quando ministro das Relações Exteriores, havia decidido abrir mão dessa vaga no tribunal, deixando-a para o Paraguai. Quando o senador Aloysio Ferreira Assunção a pasta, ele resolveu dis-

“Temos novamente os votos de confiança na tradição jurídica internacional do Brasil”

putar a vaga. Que mudança foi essa nos planos do Governo? O Brasil poderia ficar de fora dessa disputa?

Tanto o ministro Serra quanto o ministro Aloysio compreendem perfeitamente a importância do mar para o Brasil, portanto não poderíamos ficar fora desta disputa. E não ficamos.

E como o sr. foi escolhido para ser o candidato brasileiro? O sr. estava acompanhando essa questão?

Além de professor do Instituto do Mar da Unifesp em Direito do Mar, sou o consultor jurídico do Plano de Levantamento da Plataforma Continental (Leplac), coordenado pelo Itamaraty e ligado à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM). Nessa condição, atuo junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental, em Nova York, nos pleitos de extensão de nossa plataforma continental (leito marinho) além dos limites das 200 milhas náuticas. Essa condição deu-me a oportunidade de viver o Direito do Mar além dos livros. Costumo repetir as palavras de minha querida orientadora: “não se aprende a nadar por manual, tem de pular na água”. A Marinha do Brasil me jogou na água ao me convidar para o Leplac. No processo de encaminhamento de meu nome ao ministro das Relações Exteriores, recebi apoio expresso do Ministério da Defesa – Marinha do Brasil – dentre outros apoios igualmente relevantes de instituições públicas e privadas, bem como de grandes autoridades do mundo jurídico. É um processo longo que descobri remontar à minha entrada na Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo). Tudo é levado em conta. Acompanhava o processo de indicação de um candidato diariamente, não apenas no Itamaraty, mas no Ministério da Defesa e até no Congresso Nacional. Fiquei verdadeiramente impressionado como um tema desses é reconhecido importante em todos os níveis, especialmente por se tratar do nosso mar. Uma unanimidade.

E como o sr. foi avisado de que era o candidato brasileiro à vaga no Tribunal Internacional de Direito do Mar?



“O Brasil tem juizes no TIDM desde sua criação, em 1996. (...) um juiz brasileiro leva consigo, transmite e perpetua a tradição e a cultura jurídica do Brasil em um dos mais importantes tribunais internacionais”

Estava em Brasília para acompanhar a posse do ministro Aloysio Nunes Ferreira (em 7 de março). O prazo para indicação de candidato terminaria na sexta-feira, 10 de março. Recebi um telefonema do gabinete do ministro no dia anterior, quando ainda pousava em São Paulo vindo de Brasília – “O ministro decidiu indicar seu nome para o Tribunal. Parabéns!” Lembro-me de cada palavra. Ainda dentro do avião chorei de alegria. Logo telefonei para minha esposa e choramos juntos de novo.

Que características e experiências podem ajudar na sua eleição? Sua atuação como assistente pessoal do juiz brasileiro aposentado do TIDM Vicente Marotta Rangel pode auxiliar?

O conhecimento notório em Direito do Mar é requisito para ser candidato. E acredito que minha formação interdisciplinar seja um diferencial que possa ser considerado por meus eleitores, ou seja, pelos 168 países reunidos na Conferência das Partes em Nova York, no

próximo dia 16 de junho. O mar é essencialmente interdisciplinar. A interpretação e a aplicação da Convenção do Direito do Mar, função precípua do TIDM, exige compreensão e prática não somente em Direito, mas em Política e Estratégia. “Pular na água”, lembra? A solução da questão do mar do Sul da China, por exemplo, não pode ser compreendida apenas como uma questão jurídica. A solução pacífica de controvérsias, pedra angular do TIDM, considera também essas dimensões. Minha experiência como professor convidado na Escola de Guerra Naval e na Escola Superior de Guerra, em temas de política e estratégia, certamente contribuirão para a compreensão de questões que podem ser propostas ao TIDM num futuro próximo.

A vaga no tribunal que o Brasil disputa é reservada à região da América Latina e Caribe e ficou vaga com a morte do juiz Antonio Cachapuz de Medeiros, no ano passado. O Paraguai e a Costa Rica também a

disputam. Seus candidatos são juristas e diplomatas com mais de 70 anos. A diferença de idade ajuda ou atrapalha? O poder do Brasil, enquanto estado de dimensões continentais e com interesses em sua costa, também pesa?

Tenho 44 anos. E essa questão da idade sempre se coloca. O TIDM tem recebido juizes jovens, como da Islândia e da Ucrânia em 2014. Nessa eleição, os candidatos da Rússia, da Índia, da Tailândia, do Quênia e da Indonésia estão na faixa de 50 anos. Os juizes que agora concorrem à reeleição estavam também na casa dos 50 anos quando eleitos pela primeira vez. Fora do TIDM, Emmanuel Macron, candidato à presidência na França, tem 39 anos. Obama tinha 47 ao tomar posse em 2009. Acredito que não será questão de idade decisiva, mas de expectativa sobre o que o candidato pode contribuir como juiz no TIDM para a comunidade internacional em geral, tenha sido ele professor, advogado ou diplomata. O Brasil tem grande respeito in-

ternacional em temas de mar. Nossas dimensões marítimas importam, mas trazem responsabilidades também. Acredito que teremos novamente os votos de confiança na tradição jurídica internacional do Brasil.

Analisando os currículos dos candidatos, seus concorrentes têm experiência em poucos campos, enquanto o sr. atuou em diversas áreas ligadas ao Direito do Mar, como exploração econômica, pesquisas, pesca e poluição e impactos ambientais. Que peso essa experiência poderá ter na eleição?

Essa diversidade de temas está evidente, por exemplo, na The Ocean Conference (A Conferência do Oceano) que se realizará em Nova York a partir do próximo dia 5 de junho. O mar é interdisciplinar, como já observei. Acredito que a experiência interdisciplinar seja meu grande diferencial, porque falo a mesmo idioma e compartilho das mesmas preocupações que pequenos estados insulares (como poluição e acesso a tecnologias), bem como dos temas que interessam a potências marítimas como pesca e biotecnologia. Além de Direito, vivo e pratico as Ciências do Mar.

O sr. deve seguir para Nova York nas próximas semanas, a fim de acompanhar os preparativos para a eleição. Como serão esses dias? O sr. terá contato com os representantes dos países que irão escolher os novos juizes do TIDM?

Além do inevitável isolamento da família, espero muito trabalho de campo, um corpo a corpo com delegações diplomáticas dos estados-partes da Convenção de Direito do Mar para defender questões muito próximas aquelas que me colocou. A votação será na Conferência das Partes. Estarei presente com todos os demais candidatos, cercado de todos os estados-partes da Convenção, na sede da ONU em Nova York.

Especialistas consideram que o TIDM deve ser um dos órgãos judiciais internacionais com maior demanda nas próximas décadas, devido ao potencial econômico dos oceanos, ainda pouco explorado. Como o sr. vê o futuro do TIDM?

Tenho a mesma percepção. A demanda deve se manter em temas tradicionais como pesca e delimitação da plataforma continental, mas acredito devam sobrevir assuntos nos novos afetos ao tema da poluição marinha, da pesquisa e do aproveitamento econômico dos fundos marinhos, especialmente.

Confira a entrevista completa com o candidato brasileiro ao Tribunal Internacional de Direito do Mar, Rodrigo More, em A Tribuna Digital (www.atribuna.com.br)